TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



Secretaria-Geral de Controle Externo Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia.

TC 027.754/2008-4.

Cumprindo o determinado pelo **Acórdão 8671/2013** – TCU – 1ª **Câmara**, (<u>peça 16</u>), retificado pelo **Acórdão 214/2015** – TCU – 1ª **Câmara**, (<u>peça 85</u>), foi notificada a Empresa Eletro Serra Ltda., como demonstrado logo abaixo:

RESPONSÁVEL	OFÍCIO	D.C.	DATA DA	D.C.
	DATA DO OFÍCIO	PÇ	CIÊNCIA	PÇ
EMPRESA ELETRO SERRA LTDA. (CNPJ 02.898.681/0001-82). Sede: a Rua Manoel Coelho, 55. Casa. Centro. Santa Maria da Vitória/BA. CEP 47.640-000. Peça 150.	2389/2015, datado de 23/12/2015 Encaminhado para a Rua Manoel Coelho, 55. Casa. Centro. Santa Maria da Vitória/BA. CEP 47.640-000.	<u>22</u>	Devolvido Em 16/01/2015 Com a informação aposta de "Mudou-	<u>27</u>
Responsável: Sr. Vilson Carlos Silva da Cunha – CPF 036.608.448-88. Sócio Administrador, End.: Rua José Leopoldo Lima, 293. Casa. Centro. Santa Maria da Vitória/BA. CEP 47.640-000. Peça 151.			<u>se"</u>	

Transcorridos os prazos recursais, outros Responsáveis nestes autos, recorreram da decisão proferida pela Egrégia Corte de Contas e interpuseram os seguintes recursos:

<u>Recurso de Reconsideração</u>, (RR002), interposto pela Sra. **Antônia Lima de Jesus**, em 31/01/2014, peça 34. Apreciado pelo **Acórdão 7880/2014** – TCU – 1ª Câmara, <u>peça 79</u>, que decidiu <u>por conhecê-lo</u>, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nesta oportunidade, foi encaminhado o Oficio comunica <u>Recurso de Reconsideração</u> RR002, oficio 0402/2015-TCU/SECEX-BA, datado de 04/03/2015, <u>peça 87</u>, que foi destinado ao Sr. Vilson Carlos Silva da Cunha, Representante Legal da **Eletro Serra Ltda.**, e cujo AR foi recebido em 20/03/2015, <u>peça 101</u>. Ocorre que essa comunicação foi enviada para a Rua José Leopoldo Lima, 293. Casa. Centro. Santa Maria da Vitória/BA. CEP 47.640-000.

Este endereço, é o endereço Residencial do Responsável pela Empresa, e não o endereço da Sede da Empresa. O correto seria o encaminhamento da comunicação para o seguinte endereço: Rua Manoel Coelho, 55. Casa. Centro. Santa Maria da Vitória/BA. CEP 47.640-000.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



Secretaria-Geral de Controle Externo Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia.

<u>Recurso de Reconsideração</u>, (RR001), interposto pela Empresa **Fura Poços Tavares Ltda.**, em 03/02/2014, peça 36. Apreciado pelo **Acórdão 7880/2014** – TCU – 1ª Câmara, <u>peça 79</u>, que decidiu **por conhecê-lo**, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Também foi encaminhado o Oficio comunica <u>Recurso de Reconsideração</u> RR001, oficio 0402/2015-TCU/SECEX-BA, datado de 04/03/2015, <u>peça 87</u>, destinado ao Sr. Vilson Carlos Silva da Cunha, Representante Legal da **Eletro Serra Ltda.**, cujo AR foi recebido em 20/03/2015, <u>peça 101</u>.

Do mesmo modo que a comunicação anterior, essa comunicação foi enviada para a Rua José Leopoldo Lima, 293. Casa. Centro. Santa Maria da Vitória/BA. CEP 47.640-000. Este endereço, é o endereço Residencial do Responsável pela Empresa, e não o endereço da Sede da Empresa. O correto seria o encaminhamento da comunicação para o seguinte endereço: Rua Manoel Coelho, 55. Casa. Centro. Santa Maria da Vitória/BA. CEP 47.640-000.

Posteriormente, o Acórdão condenatório foi apostilado por inexatidão material pelo **Acórdão 214/2015-TCU-1ª Câmara**, **peça 85**, e a SECEX/BA, encaminhou o Oficio comunica <u>inexatidão material</u> 0402/2015-TCU/SECEX-BA, datado de 04/03/2015, **peça 87**, destinado ao Sr. Vilson Carlos Silva da Cunha, Representante Legal da **Eletro Serra Ltda.**, cujo AR foi recebido em 20/03/2015, **peça 101**.

Similarmente, essa comunicação foi enviada para a Rua José Leopoldo Lima, 293. Casa. Centro. Santa Maria da Vitória/BA. CEP 47.640-000. Este endereço, é o endereço Residencial do Responsável pela Empresa, e não o endereço da Sede da Empresa. O correto seria o encaminhamento da comunicação para o seguinte endereço: Rua Manoel Coelho, 55. Casa. Centro. Santa Maria da Vitória/BA. CEP 47.640-000.

Em seguida, foi prolatado o **Acórdão 2120/2016-TCU-1ª Câmara**, <u>peça 121</u>, que acordou em rever de oficio o AC 8.671/2013-1ªC, e tornou insubsistente a multa aplicada a Roberto Almeida Maciel em seu item 9.2. Foi encaminhado o Oficio comunica <u>revisão de oficio de AC condenatório</u> 0775/2016-TCU/SECEX-BA, datado de 05/04/2016, <u>peça 127</u>, destinado ao Sr. Vilson Carlos Silva da Cunha, Representante Legal da Empresa **Eletro Serra Ltda**., AR recebido em 12/04/2016, <u>peça 134</u>.

Da mesma forma que as vezes anteriores, a comunicação foi enviada para a Rua José Leopoldo Lima, 293. Casa. Centro. Santa Maria da Vitória/BA. CEP 47.640-000. Este endereço, é o endereço Residencial do Responsável pela Empresa, e não o endereço da Sede da Empresa. O correto seria o encaminhamento da comunicação para o seguinte endereço: Rua Manoel Coelho, 55. Casa. Centro. Santa Maria da Vitória/BA. CEP 47.640-000.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



Secretaria-Geral de Controle Externo Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia.

Assim, em atenção ao princípio constitucional da Ampla Defesa e do Contraditório, e em vista de já ter sido proposto anteriormente que a notificação das dívidas fosse reencaminhada, como demonstrado a peça 117, proponho o seguinte:

- 1. Que seja mantido contato telefônico com a empresa Eletro Serra Ltda., ou com o seu sócio administrador, no sentido de se confirmar se o endereço para o qual foram encaminhadas as comunicações (peça 151) é o endereço da Sede da empresa, em razão de que tal endereço é pessoal do representante legal da empresa, Sr. Vilson Carlos Silva da Cunha.
- 2. Caso não seja confirmado o endereço da empresa, conforme proposto no item anterior, que seja expedido Edital, endereçado à empresa Eletro Serra Ltda, dando conhecimento dos acórdãos listados a seguir:
- Acórdão 8671/2013 TCU 1ª Câmara, (peça 16) Condenatório;
- Acórdão 214/2015 TCU 1ª Câmara, (peça 85) Retificação por Erro Material;
- Acórdão 7880/2014 TCU 1ª Câmara, (peça 79) Apreciou os Recursos de Reconsideração;
- Acórdão 2120/2016-TCU-1ª Câmara, (peça 121) Reviu de oficio o AC 8.671/2013-1ªC, e tornou insubsistente a multa aplicada a Roberto Almeida Maciel em seu item 9.2.

À Consideração Superior. SECE/BA, em 10/08/2016.

(Assinado eletronicamente)

Elaina de Araújo Argollo Técnica Federal de Controle Externo Mat. 2402-3